

EM BUSCA DO ELDORADO: ROLIM DE MOURA

Tânia Paes¹
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

*“A Amazônia não é só a cultura
ribeirinha”.*

(Jesus Paes Loureiro)

RESUMO

Dentro da conjuntura e do processo migratório da Amazônia deu-se a reestruturação do território de Rondônia para fazê-lo estado, bem como a criação de outras frentes que atraíram migrantes, como foi o caso da Transamazônica. Tudo isso é o que se pode chamar de alternativa amazônica. E para convencer essas pessoas de que deveriam se dirigir para a Amazônia foram desenvolvidas políticas de incentivo e publicidade. O presente artigo visa esclarecer um desses processos migratórios. E o delineamento metodológico do estudo foi a pesquisa bibliográfica e entrevista com um morador da cidade vindo do Rio Grande do Sul e um dos principais objetivos é apresentar o aspecto histórico, econômico, cultural e os motivos pelos quais muitos deixaram sua terra de origem e aventuraram em Rondônia, precisamente no município de Rolim de Moura. Pode-se concluir que a crise econômica nacional e internacional provocou o fenômeno socioeconômico das migrações, as quais, incentivadas pelo governo militar, foram direcionadas, entre outros espaços, para a Amazônica.

Palavras-chave: Miscigenação; Migração; Rolim de Moura.

O clima quente da Guerra Fria foi responsável pelo largo avanço científico-tecnológico que vimos acontecer durante o século XX. Após a década de 1960, os avanços que ocorriam no mundo todo, no caso do Brasil, ocasionaram a abertura da frente amazônica, dentro do processo migratório que se acentuou nas décadas posteriores a 1960.

Enquanto ocorria o confronto de força e ideologia entre o bloco socialista e capitalista e se desenrolava o descompasso entre o avanço científico-tecnológico e o mundo do trabalho, no Brasil estava se apostando na expansão da fronteira agrícola e na ocupação da Amazônia, não só como resultado da conjuntura mundial, mas também como forma de resolver os impasses criados pelo processo de

¹ Mestranda em Letras pela Universidade Federal de Rondônia/ UNIR. Porto Velho – RO.

industrialização fundiária e possíveis distúrbios seguidos da crise socioeconômica, na cidade.

Veem-se duas conjunturas completamente distintas no Brasil. A primeira, dos anos compreendidos nas décadas de 1960-1970, em que o país vivia um clima de euforia, de crescimento econômico. Era o tempo do milagre brasileiro, o período inicial da expansão e abertura da fronteira norte e colonização de Rondônia. A outra, o período que se iniciou no final da década de 1970 e se arrastou pelas décadas seguintes. Foi quando se constatou que o “milagre” não aconteceu e as crises econômicas se acentuaram. Foi a partir de 1980, o auge do processo de colonização, de Rondônia. Dessa forma, ao período do milagre se seguiu a “década perdida” tendo em vista a alta recessão e inflação que se impôs sobre a economia nacional, frustrando alguma perspectiva de permanência do governo militar que se havia instalado a partir de 1964.

Pode-se dizer que a crise econômica nacional e internacional provocou o fenômeno socioeconômico das migrações, as quais, incentivadas pelo governo militar, foram direcionadas, entre outros espaços, para a Amazônica. Melhor dizendo, esse contexto explica a abertura da Amazônia para a massa populacional excluída do processo de industrialização, do acesso à terra e empregos. E em face da iminência de crises sociais nas regiões com crescente modernização do processo de industrialização, tanto urbano como agropecuário, principalmente no Sul-Sudeste, o governo militar optou pela ocupação dos vazios populacionais, no extremo oeste em que se localiza a Amazônia, ocupando, simultaneamente, o cerrado do Centro-oeste. Foi necessário, contudo, para efetuar esse processo, criar, nos trabalhadores desempregados e nos sem-terra, a expectativa de que essas regiões seriam soluções definitivas para o desemprego e a falta de terra. Acenou-se com o mito do eldorado, pela qual se metamorfoseava uma região, principalmente a de Rondônia, como eldorado, e dentro desse processo, a cidade de Rolim de Moura.

Dentro dessa conjuntura e do processo migratório deu-se a reestruturação do território de Rondônia para fazê-lo estado, bem como a criação de outras frentes que atraíram migrantes, como foi o caso da Transamazônica. Tudo isso é o que podemos chamar de alternativa amazônica. E para convencer essas pessoas de que deveriam se dirigir para a Amazônia foram desenvolvidas políticas de incentivo e publicidade mostrando não o “inferno verde”, o “chão que nunca se seca”, como

afirma Márcio de Souza no livro *Mad Maria*, mas um novo Eldorado, não só para exploração de minérios – como Serra Pelada - mas também pela distribuição de terras, anunciadas como férteis.

É verdade que a região sempre existira, mas nem sempre despertava a necessidade de um efetivo e sistemático processo de colonização dentro da imensidão verde, onde viviam inúmeras tribos indígenas e outros tantos seringueiros, abandonados à própria sorte, desde os dois “ciclos da borracha”. Até mesmo no relato de viagem do presidente americano Theodore Roosevelt à Amazônia Brasileira ele relata a vida dos seringueiros abandonados.

(...) significava que ali onde o Estado e a Ciência ainda não haviam estabelecido seus marcos normativos e denominativos, o homem comum, o anônimo seringueiro, já havia adentrado, descoberto, desbravado e tomando posse a Amazônia, considerada ‘terra da promessa’ pelo *olhar* e pelo *imaginar* de outros estrangeiros como Spix e Martius.

Naquele momento essa proposta de colonizar a Amazônia estava sendo apresentado aos migrantes vindo do Sul-Sudeste, a partir da segunda metade do século XX. Com a diferença de que nesse contexto vinha junto à ideia de ocupação, de colonização e de desenvolvimento para a Amazônia: convoca-se os trabalhadores não para a extração de “drogas do sertão”, mas para a ocupação agropecuária, no caso de Rondônia: ou para extração de minerais, no caso de Serra Pelada e Carajás: ou para a edificação de obras públicas, no caso dos operários da Transamazônica.

Para tal, a partir da segunda metade do século XX, o governo federal – e companhias de colonização – iniciaram um processo de propaganda sobre a Amazônia e particularmente, sobre Rondônia, falavam das maravilhas e da fertilidade quase milagrosa da terra, disponível e gratuita. Tanto se disse e se propagou que Rondônia passou a representar, não só o sonho de muita gente do Sul-Sudeste, mas também, a possibilidade de enriquecimento, principalmente pelas afirmações que eram feitas sobre a região como o novo Eldorado. Era bastante comum nas reuniões com os sem-terra do Paraná e em outros estados, a apologia de Rondônia, mostrando fotos com enormes cachos de bananas, pepinos com mais de 40 quilos, abóbora de 15 quilos, melancia de 17 quilos, conforme se pode ver nas ilustrações da obra de João Batista Lopes (1989), escritor do livro *Histórias de Rolim*

de Moura e um dos primeiros moradores da cidade de Rolim de Moura. Era a forja de outro mito amazônico: o anúncio da terra fértil, baseado na exuberância da floresta e na colheita dos primeiros anos.

Além disso, a propaganda se fazia necessária porque o Sul-Sudeste passava por mudanças originadas do processo de desenvolvimento da indústria e da agricultura, exigindo dos governos militares – meados da década de 1960 até o final da década de 1980 – um intenso processo de propaganda sobre a Amazônia e particularmente sobre Rondônia. Foi a época do “Brasil, ame-o ou deixe-o”, secundando da necessidade de integração da Amazônia pelo slogan “integrar para não entregar” Todo esse processo estava fundamentado nos três Planos Nacionais de Desenvolvimento (I, II e III PND), os quais são importantes para entendermos a colonização da Amazônia.

Na realidade, até a década de 1960 a Amazônia, embora legitimamente território brasileiro, não estava incorporada ao cotidiano do Brasil. Sem querer negar alguns fatos marcantes de uma “longa História de expropriação e saque” (Oliveira, 1989, p.9) – as experiências do tempo colonial, as excursões dos bandeirantes em busca de ouro e índios, as aventuras dos garimpeiros, a saga da borracha, o tormento da construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM) e da linha telegráfica na operação comandada por Rondon – a verdade é que a Amazônia, e particularmente Rondônia, só começou a ser ocupada e colonizada, sendo incorporada de fato ao Brasil, na segunda metade do século XX, como solução para problemas em outras regiões.

Os migrantes não vieram para a Amazônia como os nordestinos que buscaram o Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, no final do século XIX e durante o século XX, para fugir da seca (Martins, 1983). A Amazônia só se tornou atrativa depois da forte propaganda desenvolvida pelo governo federal. A essa propaganda Perdigão e Basségio (1992) vão chamar de “trajetória da ilusão”. Embora sua análise seja prioritariamente em relação a Rondônia, mostram como o mesmo processo se deu em relação, a toda a Amazônia. Todos os que vieram para a Amazônia, e particularmente para Rondônia afirma Santos (2001), vieram atraídos pela propaganda oficial, dizendo o autor que “do mesmo modo que a migração nordestina, essas levas de sulistas e sudestinos chegam atraídas pelos projetos governamentais e com o proposto de posse de terra” (Santos, 2001, p.76). Nesse

sentindo, é ilustrativo o comentário sobre a ocupação de Rondônia, oferecida pelo próprio INCRA, afirmando que o processo de colonização se deu em favor do capital e não em resposta às possíveis necessidades das populações migrantes

É importante ressaltar que a ocupação e colonização recentes do Estado de Rondônia é resultado da estratégia do governo brasileiro no sentido da ampliação das condições para a expansão do capital na economia brasileira, fundamentada na economia de mercado, que preconiza a ocupação da fronteira por meio de uma política de integração nacional. Nesse período o governo federal desenvolveu uma estratégia de transformar Rondônia em exemplo de colonização agrária, visando integrar a região ao restante do país. (INCRA, 2005, p.15).

“A trajetória da ilusão”, do ponto de vista do governo militar era uma solução necessária porque o país precisava resolver os problemas de densidade demográfica e da crise urbana, criando alternativas para o capital. Dessa forma, a solução para o problema sul-sudeste foi a ocupação da Amazônia. No I PND (I Plano de Desenvolvimento), o governo federal afirmava ser necessário efetivar a “integração nacional não permitindo que fiquem à margem do processo de desenvolvimento regiões como o Nordeste e a Amazônia. A Amazônia, portanto, para os militares, era uma região atrasada e perdida.

Por isso, a necessidade de integrá-la (“integrar para não entregar”, como o slogan da época) e desenvolvê-la (estavam à margem). Além disso, pode-se dizer que propagaram que as terras de Rondônia eram férteis quando se pode perceber, a partir de afirmações esparsas, que havia consciência de pouca fertilidade das terras. Observa-se no II PND ao afirmar ser “conhecida a relativa pobreza dos solos de terra firme”. (BRASIL, 1974, p.65). Dessa forma, pode-se dizer que o mito da terra fértil na realidade, foi mais um dos mitos desenvolvidos pelo governo militar.

E quem foi o homem que se fixou na Amazônia nesse período? Não foram os representantes das classes dominantes, nem os donos de indústria ou grandes proprietários de terras. Foram precisamente, como mostram Perdigão e Basségio (1992) e também Martins (1983), grupos de sem-terra do Sul-Sudeste “aptos para migrar”, como descritos no I e II PNDs. Integram esses grupos aqueles trabalhadores que apareceram com o fim dos cafezais ou o começo da mecanização agrícola, principalmente porque esse contingente de trabalhadores buscava acesso à terra, pois eram trabalhadores da terra, sem-terra para trabalhar.

O fato é que frente aos problemas que se avolumavam noutras regiões do país, era necessário buscar uma alternativa e uma solução. A alternativa que o governo militar apresentou foi a Amazônia e de modo particularíssimo, Rondônia. E para este estado foi transferida toda a carga de problemas que vieram nas malas dos migrantes. Deve-se notar que os migrantes que chegavam provinham do Centro-Sul-Sudeste. Mas suas origens devem ser buscadas mais além. Eram, em grande parte, retirantes do Nordeste que fugindo da seca, atravessaram São Paulo, passaram pelo Paraná e, após frustradas as expectativas, chegam ao Norte. Formou-se um verdadeiro triângulo de migrações, como apresentam Nascimento e Oliveira (1999), mostrando que o processo migratório não acontece somente de uma região pobre para uma mais rica. Ele acontece também de regiões ricas para outras pobres, o que evidencia a frustração do sonho que tanto pode ser o da posse da terra, como o de melhorar as condições de vida familiar. Na realidade, pode-se perceber a formação do que podemos chamar de um triângulo da esperança – ou da ilusão – do migrante que saiu do Nordeste, atravessou o Sudeste e fixou-se por tempos no Sul de onde saiu novamente, atravessando o Centro-Oeste até chegar ao Norte, onde plantou seu sonho numa terra infértil até que, cansado dessa infertilidade e na busca da concretização de novas esperanças, migrou novamente na eterna busca de um espaço que possa constituir no chão prometido na realização dos sonhos de melhora, na concretização da esperança.

A grande dificuldade que se sente em toda esta realidade é que não é oferecida ao imigrante nenhuma estrutura de acolhida. O migrante aqui chega e não encontra orientação, fica amontoado em estações rodoviárias ou em galpões de igrejas, como acontece na paróquia de Rolim de Moura. Outra dificuldade que o migrante encontra é a relativa à obtenção da terra. Fala-se em 16 mil famílias que já passaram pela seleção, mas que ainda não receberam terra. Contudo com as que não passaram pela seleção, calcula-se que já sejam 50 mil famílias sem-terra. Nem tudo está claro quanto ao futuro desta terra e deste povo. (PERGIGÃO; BASSÉGIO, 1992, p.97).

Em razão disso, podemos dizer que o migrante / colono executou sua parte: desbravou a floresta, plantou e produziu. Entretanto, como o anseio do capital era outro (OLIVEIRA, 1989; MARTINS, 1983), não ofereceu o suporte técnico e infra estrutural. Além dessa deficiência, o volume de migrantes ultrapassou as expectativas, dificultando, ainda mais, a já limitada assistência oferecida.

O número de migrantes que entrou em Rondônia foi crescendo ano a ano. Com dados da SEPLAN, num artigo na versão eletrônica do periódico Primeira Versão, CIM (2002) afirma que “A migração tradicional para o Estado de Rondônia era constituída principalmente por nordestinos, a atual é procedente, em maioria de Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Espírito Santo” entre os anos de 1077-1986. E foram, principalmente, esses migrantes sulistas que efetivaram a ocupação sistemática de Rondônia.

E parafraseando uma frase de Bossi, o melhor pesquisador é aquele que vivencia a própria história, Rolim de Moura é parte de muitas histórias de vida, de comparações com outras culturas do Sul, de tristezas e alegrias.

O migrante João Adil Fontana, 64 anos, vindo do Rio Grande do Sul, da cidade de Getúlio Vargas, perto de Erechim, no início da década de 80 é testemunha de inúmeros fatos relacionados ao vocabulário, alimentação, moradia, cultivo da terra, instrumentos de trabalho, religião, ou seja, a cultura de um povo.

Um dos primeiros obstáculos encontrados é relacionado ao vocabulário, quando o mesmo estava trabalhado como pedreiro, outro pediu a ele “arreia”, ele imediatamente trouxe” a areia” foi difícil entender que “arreia” era para abaixar, expressões como” Eu mais Pedro”, “daqui pra cola”, “se mais eu”, soava estranho.

A alimentação totalmente diferenciada, Sr. Fontana, como é conhecido estranhava que no fundo de sua casa ele já plantava verduras, temperos, ervas medicinais e na maioria das casas não havia nenhum pé de cebolinha. Não acreditava que muitas pessoas não comiam e nem conheciam a verdura almeirão, o feijão branco que as pessoas comem todos os dias para ele era novidade, porque na casa dele só comiam feijão preto, o branco só se plantava para vender, até hoje acha estranho a quantidade de padarias existentes, porque é comum as famílias fazerem e assarem seus pães, comprar pão na padaria é incomum, sem mencionar as cucas, bolachas que sua esposa ainda faz. Salame para ele é a linguiça que se conhece pela maioria das pessoas, e é fabricada em casa, além do queijo, da parreira plantada no fundo do quintal, e do galinheiro tão presente nas casas sulistas.

Quando visita algumas propriedades rurais lembra-se do Rio Grande do Sul com ares de nostalgia, lá nada é “tirado no tempo”, a estrebaria é coberta e os animais são tratados com alimentos no coxo, aqui em Rondônia, tudo é aberto, o

animal fica no “tempo”, os porcos são criados soltos, lá no Sul dentro dos chiqueiros limpos, alguns até ladrilhados, tratados com milho, mandioca crua porque é vermífugo, por isso, segundo Sr. Fontana, acredita que a carne suína da região não é boa.

Quanto ao plantio, ele afirma que, nas terras gaúchas se faz a correção do solo com calcário, cultivam, adubam, cuidam, aqui é “largado”, roçam, queimam é plantam, falta zelo, sem mencionar que não se faz a rotação de cultura, no Sul sem essa rotação de cultura não se faz empréstimos bancários, planta-se primeiramente o milho, feijão e depois a soja, porque é a soja que traz o nitrogênio para a terra, outro fator relacionado ao vocabulário, é o fato que no Sul para ele adubar é plantar, e aqui adubar é colocar calcário na terra.

Acha singular o fato das pessoas irem à feira, em Getúlio Vargas, plantávamos a própria verdura, e em muitos casos algumas pessoas vendiam as verduras de porta a porta, tínhamos nossas frutas no pomar, cuidávamos no terreiro, aqui não, não se cuida do terreiro, não colhem frutas do pé, mas gostam de ir à casa do vizinho pedir. Percebe-se um ar de revolta no gaúcho com a população que não cuida, que não trata bem a terra, com o desmazelo.

A religião é outro fato lembrando, no Sul o povo chega antes do padre e bate o sino, os fiéis vão por devoção, aqui a população chega depois do padre e o povo vai por costume, não se respeita as tradições.

Além da cultura do Sul, Rolim de Moura tem a presença marcante dos nordestinos.

Dona Vera, soteropolitana, faz seus quitutes (cuscuz, vatapá, bobó) com frequência e muita pimenta, aliás, a culinária nordestina é típica em Rolim de Moura, é comum ir à feira para comer vatapá, e acredita-se, festa junina sem vatapá não é festa junina. Expressões como “bulir”, “banhar”, “merendar” são típicas na cidade. E como todo e bom nordestino, a fé é marcante, com um calor intenso, ela faz seu filho mais velho, “Fernandinho”, o diminutivo não coincide com a pessoa, vestir-se de preto toda sexta-feira para pagar uma promessa ao “Padinho Padre Cícero”. Cogita-se construir na cidade um centro cultural nordestino, nos moldes do CTG (Centro de Tradições Gaúchas), nota-se a presença marcante e numerosa do povo nordestino entre a população.

Sabe-se perfeitamente que em um artigo científico não é recomendado o uso de primeira pessoa, mas trata-se aqui da história de um povo, de uma população oriunda de várias regiões do país que sonhavam e sonham em construir um futuro, tornar o lugar promissor, marcante, aconchegante, e fincar raízes. Eu sendo do interior paulista, da região da cana de açúcar e do café vivi e vivo essa miscigenação de cultura, de costumes, de valores diferentes do qual fui acostumada na infância.

Minha **adolescência** passei ao lado de gaúchos, tomei chimarrão ao invés do café, quantas vezes minha mãe foi à casa da vizinha buscar a máquina para fazer macarrão caseiro, nosso café da manhã tinha cuca, chimia, bolacha assada, geralmente, no final das tardes, os vizinhos se reuniam para tomar mate doce e comer biscoitos, típicos costumes gaúchos.

Hoje me deparo com situações que nos levam a refletir, como num calor rondoniense, em uma cozinha medindo 3m por 3m, minha mãe tinha um fogão econômico (a lenha) acho que hoje sei a resposta, ou seja, porque todos os nossos vizinhos gaúchos tinham um fogão a lenha na cozinha, minha mãe também achou melhor tê-lo para assar a cuca, as bolachas caseiras e deixar a chaleira fervendo para tomar o chimarrão. Mas o mais engraçado é levantar cedo e ver posta a mesa algumas guloseimas gaúchas e ao mesmo tempo o cuscuz nordestino. E minha mãe falar que no almoço fará vatapá. Pode-se concluir que é a miscigenação incorporada a vida de pessoas vindas de São Paulo que não se recusaram a vivenciar costumes de outras regiões do país, “é a consciência sobre a cultura do outro”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Neri de Paula. **Educação em Rolim de Moura**: das iniciativas privadas às ações públicas (1975-1983). Campo Grande: MS, 2008.

HABERT, Nadine. **A Década de 70**: apogeu e crise da ditadura militar brasileira. São Paulo: Ática, 2003.

LEAL, Paulo Nunes. **O Outro Braço da Cruz**. Brasília: CBAG, 1984.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1983.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia**: Monopólio, exploração e conflitos. 2ª Ed. Campinas: Papyrus, 1989.

REVISTA VEREDAS AMAZÔNICAS – JANEIRO/JUNHO – VOL. 4, Nº 1, 2015.
ISSN: 2237- 4043

PERDIDÃO, Francinete; BASSEGIO, Luiz. **Migrantes Amazônicos – Rondônia: a trajetória da ilusão.** São Paulo: Loyola, 1992.

PESSOA, Maria do Socorro. **Rolim de Moura: Um Ponto de Vista.** Brasília: Ed. do Senado Federal. 1998.142p. (v.1000).